

Conversão da dívida pode ter presença das grandes estatais

ESTADO DE SÃO PAULO

19 AGO 1987

ELIZABETH LOPES

O governo pode incluir as grandes estatais no projeto de conversão da dívida externa. Essa é uma das principais propostas do documento "Programa de privatização — o grande desafio", elaborado pelo secretário do Conselho Interministerial de Privatização, David Casimiro Moreira, e obtido com exclusividade pelo jornal **O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde**. O documento destaca que a viabilidade da proposta depende da regulamentação de mecanismos de conversão da dívida e que "não há qualquer razão que impeça ou iniba a participação de capital estrangeiro em processos de privatização", desde que o controle seja nacional.

Apesar de o documento apontar a necessidade de implantação de um amplo programa de privatização das empresas estatais, como forma de fazer com que o Estado retorne ao seu papel constitucional de complementaridade ao setor privado na organização e exploração direta das atividades econômicas, o Conselho Interministerial de Privatização considera o programa do governo modesto. Isso porque apenas 5% do ativo total do setor produtivo estatal está nele incluído.

O documento informa que: número de empresas estatais do setor produtivo e financeiro - 226; número de empresas estatais do setor produtivo - 179; número de empresas estatais do setor produtivo incluídas no programa: 65; porcentagem de privatizáveis em relação ao universo estatal do setor produtivo - 28%; e porcentagem do ativo total do setor produtivo estatal incluído no programa - apenas 5%.

Segundo o documento sobre o programa de privatização do governo, "deve ser esperada resistência à mudança, pois se trata de algo inerente à natureza das pessoas e das organizações". O Conselho Interministerial de Privatização está consciente também de que existem outros tipos de resistência a esse projeto, tais como: "A que decorre do desconhecimento, da desinformação, e a que decorre do puro preconceito e do interesse menor, seja pessoal ou de grupo". E propõe a adesão de lideranças políticas "progressistas".

Casimiro Moreira deixa claro a necessidade de "enfrentar mitos com coragem e determinação", e que é preciso estimular e sinalizar a iniciativa privada, germinando a idéia do empresário empreendedor e modernizar o capitalismo brasileiro através da desregulamentação e do incenti-

vo ao investimento produtivo. Um dos objetivos finais do programa consiste em tornar possível o crescimento econômico auto-sustentado orientado.

O documento do governo destaca que uma das "lógicas da decisão" do programa está no fato de que países como a França, Inglaterra, Japão, Itália, Espanha, Áustria, Suécia, Holanda e Finlândia estão promovendo programas de privatização que envolvem a venda de empresas estatais para grupos privados.

No caso brasileiro, os principais fatores que determinam a evolução do programa de privatização são os seguintes: necessidade de ajustes nas finanças do governo, através da redução do déficit público ao eliminar-se os subsídios a empresas estatais; busca de novos elementos de estímulo ao investimento produtivo em face de dificuldades financeiras crônicas do Estado; insatisfação com a eficiência de algumas empresas estatais que operam em mercados competitivos e não dispõem de indispensável flexibilidade; mudanças profundas nas estruturas de oferta e demanda de mercados de bens e serviços a nível nacional e internacional; liberação de recursos humanos em áreas prioritárias.

Brasília/Ag. Estado